

OS PROFESSORES LEIGOS

Carlos Rodrigues Brandão*

É muito recente a ação de resgate da idéia do sujeito **leigo** na Igreja Católica, a quem a palavra sempre se associa. Até alguns anos atrás, "leigo" era o excluído, não propriamente da "obra da salvação", mas pelo menos do trabalho religioso que pretendia torná-la possível. No interior e à margem das ordens religiosas, o **irmão leigo** é um sacerdote desqualificado, e o leigo pleno é aquele que não pode ter acesso ao saber e ao poder hierárquico que separam, na prática, a pequena fração da elite sacerdotal daquilo a que as igrejas se acostumaram a chamar de "a massa dos fiéis". Sabemos todos que, aqui no Brasil, ser "leigo no assunto" significa não entender absolutamente nada dele. Em qualquer tipo de sociedade e cultura existem categorias de sujeitos que ocupam posições liminares, isto é, já não são mais aquilo que deixaram de ser e ainda não são aquilo que serão. Esta é a razão pela qual, por exemplo, em alguns setores das Forças Armadas, a pessoa que quase já não é mais um **aluno**, mas ainda não chegou a ser um oficial, costuma chamar-se **aspirante**. O exemplo é grotesco, mas serve. O que costuma ocorrer é que, das sociedades tribais às mais avançadas, situações, status e sujeitos liminares devem ser provisórios, e esta é a sua característica mais essencial.

O **professor leigo** é considerado um liminar estabelecido. Reconhecido oficialmente como um professor e incluído na folha de pagamento de inúmeras Secretarias de Educação de estados do país, ele não faz, no en-

tanto, parte de seu quadro legítimo e não se inclui, portanto, em uma suposta carreira de magistério. Há uma quantidade muito pequena de estudos a seu respeito (espero que a bibliografia do presente **Em Aberto** me desminta) e sequer a sua condição e as suas características profissionais são adequadamente conhecidas entre nós.

Assim, por exemplo, nunca encontrei uma classificação em que este tipo múltiplo e diferenciado de educador fosse reconhecido, justamente devido à peculiaridade de sua condição. Entre as diversas regiões do país e mesmo no interior de cada uma delas, há educadores sem formação oficial regular em diversas situações e posições. O conhecimento real de tais diferenças ajudaria a compreender a realidade de suas próprias carências.

Há, por exemplo, o **professor** leigo de carreira, em geral a pessoa que, sem nunca haver chegado à posição de um **professor formado**, dedicou quase toda a sua vida ao magistério, principalmente em áreas rurais. Em **Casa da Escola** falo de um deles, professor leigo da Amazônia.¹ Há professores com dupla instabilidade: além de plenamente "leigos", são ocupantes eventuais do ofício. Exercem o magistério provisoriamente em lugar de outra pessoa, ou o exercem enquanto esperam uma ocupação profissional mais desejada. Há categorias intermediárias entre estes dois exemplos extremos, e se a idéia de vocação é uma espécie de reconhecimento de uma fatalidade inevitável e assumida entre os primeiros, a idéia de necessidade — sempre associada à privação — é o seu correspondente entre os últimos.

* Doutor em Ciências Sociais e professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Ver BRANDÃO, CR. *Cata da escola — cultura camponesa e educação rural*. Campinas, Papyrus, 1985.

Em boa medida, o **professor** leigo é, entre nós, o **professor rural**. Tal como ocorre em outros setores profissionais, a zona rural é obrigada a aceitar por mais tempo agentes desqualificados cuja prática já não é mais aceita na cidade, em seu estado. Uma longa pesquisa sobre as relações entre a escola rural e a cultura camponesa, cujo relatório acabo de concluir, em um de seus momentos apenas tornou evidente aquilo que todos conhecem por experiência própria. Ser um professor rural é uma pequena fatalidade que a pessoa aceita quando não vê diante de si outra alternativa de trabalho em seu nível de aspiração, ou então é uma provação a que o docente iniciante se submete para merecer chegar a ser professor "na cidade".² Dado que não há, nem como formação nem como

- **formação** profissional específica para o exercício do magistério em sua condição própria.

1

- inserção pessoal e profissional na comunidade onde realiza o seu trabalho.

3

2

Ver O trabalho de saber — a educação e a escola em uma sociedade camponesa do Brasil. Pesquisa realizada na Vila de Catuçaba, município de São Luís do Paraitinga, em São Paulo, com o apoio financeiro do CNPq e do International Development Research Centre (IDRC), do Canadá, a quem agradeço.

trajetória, uma carreira de professor rural, os estudantes formados em magistério nas cidades do interior de São Paulo, por exemplo, fazem "na roça" o estágio probatório cujos pontos, somados, facultam pouco a pouco o seu acesso à pequena escola urbana.

O próprio sistema joga com uma difícil contradição que ele criou e que não consegue ou, simplesmente, não deseja resolver. Vejamos: quais seriam os atributos profissionais mais adequados à pessoa de um professor rural? Eu gostaria de representá-los graficamente em um desenho de quatro quadrantes.

- **desejo** de carreira, isto é, intenção de realizar-se como professor rural, seguindo, como tal, a sua trajetória de amadurecimento e profissão.

2

sensibilidade e criatividade específicas para a realização de um trabalho pedagógico em situações em que a interação entre a escola e a comunidade deve ser buscada de modo mais intenso e constante do que na escola urbana.

4

Meu pequeno esquema é arbitrário, mas penso que ele corresponde, pelo menos em algumas regiões, à realidade próxima. Um de seus desdobramentos poderia ser uma comparação entre tipos ideais e reais de professores rurais.

PROFESSORES RURAIS	1	2	3	4
Professor ideal	+	+	+	+
Professor leigo real	-	—	+	+
Professor formado real	+	-	-	-

Professores leigos plenos, às vezes com não mais do que um primeiro grau completo, mas originados da comunidade onde trabalham e residem (muitas vezes porque não podem sair dela), seriam os mais dotados das qualidades "naturais" de um bom professor rural: encontram-se plenamente inseridos na vida cultural de suas escolas; são, não raro, sabiamente sensíveis às relações entre a cultura local e a cultura escolar e, com variantes, as pessoas mais capazes de internalizar o desejo de seguirem, "na roça", uma carreira de magistério. Apenas a sua intenção é duplamente negada: por um lado, não possuem formação escolar suficiente e nenhuma formação profissional, a não ser a da própria experiência; por outro, não só não existe no país até hoje uma carreira completa de professor rural — como existe, desde o começo do século, no México, por exemplo — como também, na sua qualidade liminar de leigos, eles não podem realizar uma carreira qualquer no magistério oficial.

Em direção oposta, os professores formados, que encontram no campo a primeira oportunidade para começo de carreira, sujeitam-se, como já mencionei, a um estágio de iniciação sobre o qual quase todos os que conheci afirmam (a não ser quando a professora é esposa de um fazendeiro ou o professor tem interesse em residir na comunidade onde trabalha) preferir que seja o mais breve possível. Como não foram formados, nem profissional nem ideologicamente, para o saber e para o interesse do trabalho pedagógico no meio rural, consideram-no como um

lugar hostil de prática, e esta é apenas uma das razões que tornam difícil a interação entre escola e comunidade.

As soluções devem ser tão realistas quanto a dura realidade das carências que todos conhecem, quais sejam: 1) programas de formação de professores de zona rural, dirigidos especificamente ao **professor rural**; 2) qualificação, durante o exercício, do professor leigo, com título e direitos do professor formado, ao final de um período adequado de treino; 3) definição de uma carreira digna e justa para o professor rural, com vantagens compensatórias à sua própria condição;³ e 4) incorporação efetiva do professor rural em projetos e programas de PDRI e semelhantes, com a atribuição de vantagens de participação até aqui sempre negadas.

³ A pequena mas sábia experiência paulista das Unidades Escolares de Ação Comunitária (UEACs), onde o professor rural ganha um salário em dobro para trabalhar todo o dia e viver na comunidade de sua escola, poderia ser um **ponto de partida**. Ver **ARROYO, Miguel. As UEACs. In: DA ESCOLA carente à educação possível. São Paulo, Loyola, s.d. (Coleção Educação Popular).**